

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH e CE sobre Políticas públicas para pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD) – 23/02/2026 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **614 participações** dos cidadãos na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Comissão de Educação (CE) em 23/02/2026, sobre "Políticas públicas para pessoas com altas habilidades e superdotação (AH/SD)". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores no debate sobre a identificação de estudantes, o fortalecimento do atendimento especializado e os ajustes necessários no Plano Nacional de Educação para garantir os direitos desta população.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 614

Temas principais:

1. **Identificação, Diagnóstico e Equidade (30%):** Os cidadãos expressam grande preocupação com a dificuldade de acesso ao diagnóstico oficial, apontando que o alto custo das avaliações privadas exclui famílias de baixa renda e torna talentos da rede pública invisíveis. Questiona-se a falta de critérios que considerem a diversidade socioeconômica e racial.

Exemplo: “Como garantir identificação de AH/SD sem privilegiar escolas ricas nem reforçar vieses socioeconômicos e raciais nos critérios?” (Raissa D. - MT)

2. **Formação Docente e Qualificação Profissional (25%):** Há um consenso sobre o despreparo técnico das escolas para lidar com a neuro divergência. O público cobra a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre superdotação na graduação de professores e a oferta de formação continuada para que o atendimento não dependa apenas da boa vontade individual.

Exemplo: “Deveria ser obrigatória a oferta de formação continuada, pelo menos para os coordenadores pedagógicos.” (Lilian T. - SP)

3. **Legislação, PNE e Implementação de Políticas (20%):** As interações destacam o abismo entre as leis existentes e a prática nas instituições. Os participantes pedem que o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleça metas financiadas e mecanismos de fiscalização para que direitos previstos na LDB, mas ainda não regulamentados, saiam do papel.

Exemplo: “Por que o art. 59-A da LDB, vigente desde 2015, ainda não foi regulamentado pelo Poder Executivo?” (Kellen D. - TO)

4. **Aceleração Escolar e Flexibilização Curricular (15%):** O público relata que o avanço de série é frequentemente desencorajado ou tratado com burocracia excessiva, gerando desinteresse e evasão escolar. Defende-se que a aceleração deve ser encarada como uma necessidade educacional e um direito real do aluno.

Exemplo: “Existe alguma possibilidade de que uma criança com superdotação possa adiantar anos de estudo?” (Juan J. - RS)

5. **Saúde Mental e Aspectos Socioemocionais (10%):** O público alerta para as graves consequências da negligência estatal e escolar, citando quadros de ansiedade severa, depressão e *burnout*, tanto em estudantes quanto em seus familiares. Reivindica-se apoio psicológico especializado e políticas que protejam a dignidade dessas pessoas.

Exemplo: “Pesquisadores multitarefas alcançam altas habilidades na altura da pós-graduação e estão fadados ao burnout sem apoio psicológico.” (Bruna R. - RJ)

Em conclusão, a audiência pública revelou um forte apelo por visibilidade e efetividade na implementação de políticas para AH/SD, com o debate centralizado na urgência de diagnósticos gratuitos, formação docente obrigatória e na desburocratização da aceleração escolar. As preocupações com a saúde mental e o esgotamento financeiro e emocional das famílias foram temas recorrentes, evidenciando a necessidade de uma rede de apoio intersetorial que garanta o cumprimento das leis já existentes e a inclusão real desses estudantes em todos os níveis de ensino.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=37547>.